

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Roger Anjos de Sa¹

A Nicarágua pós-revolução: da democracia popular à autocracia burguesa neoliberal

Post-revolution Nicaragua: from popular democracy to neoliberal bourgeois autocracy

RESUMO:

A preocupação principal do texto é discutir a transição na Nicarágua com a ascensão do governo de Violeta Chamorro (1990-1997) ao derrotar eleitoralmente a FSLN. Propõe-se discutir o período sob uma perspectiva para além das definições formais de *democracia* e *autoritarismo*; ao final, na última seção, propõe uma análise que busca compreender o conteúdo de classe do Estado e das relações sociais em disputa a partir do conceito de autocracia burguesa. O argumento central é que a transição empreendida pelo Governo Chamorro não significou a introdução da democracia onde não existia, mas sim a interrupção de um projeto revolucionário de democratização substantiva e a restauração transfigurada de uma autocracia burguesa. Partimos dos discursos oficiais do governo Chamorro e de análises que enfocam as instituições formais, para contrastamos essas visões com interpretações que consideram a transição como parte de um processo de longa duração de inserção da Nicarágua na formação social transnacional do capitalismo mundializado. O caráter fundamental da dominação capitalista é seu conteúdo de classe, isto é, da dominação das classes proprietárias sobre a ossatura do Estado e dos ditames de seu conteúdo que se desdobra na limitação dos espaços de participação popular, ou seja, das classes subalternas. Assim, este trabalho busca discutir o complexo e multifacetado caráter da transição nicaraguense, buscando considerar as dinâmicas internas com as pressões estruturais da globalização capitalista a nível mundial.

Palavras-chave: Nicarágua; Governo Chamorro; Transição; Autocracia; Neoliberalismo

ABSTRACT:

The main concern of the text is to discuss the transition in Nicaragua with the rise of the government of Violeta Chamorro (1990-1997) after electorally defeating the FSLN. The aim is to discuss the period from a perspective that goes beyond the formal definitions of democracy and authoritarianism. Finally, in the last section, an analysis is proposed that seeks to understand the class content of the State and the social relations in dispute based on the concept of bourgeois autocracy. The central argument is that the transition undertaken by the Chamorro government did not mean the introduction of democracy where it did not exist, but rather the interruption of a revolutionary project of substantive democratization and the transfigured restoration of a bourgeois autocracy. We start from the official discourses of the Chamorro government and from analyses that focus on formal institutions, to contrast these views with interpretations that consider the transition as part of a long-term process of Nicaragua's insertion into the transnational social formation of globalized capitalism. The fundamental character of capitalist domination is its class content, that is, the domination of the propertied classes over the structure of the State and the dictates of its content that unfold in the limitation of spaces for popular participation, that is, of the subaltern classes. Thus, this work seeks to discuss the complex and multifaceted character of the Nicaraguan transition, seeking to consider the internal dynamics with the structural pressures of capitalist globalization at a global level.

Keywords: Nicaragua; Chamorro government; Transition; Autocracy; Neoliberalism

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás; Professor; Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
rogeranjos@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-9252-5194>

INTRODUÇÃO

A derrota da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) nas eleições de fevereiro de 1990 e a subsequente ascensão da UNO (União Nacional Opositora) liderada por Violeta Barrios de Chamorro que governou o país até o início de 1997, constituiu-se um período de profundas transformações sociais, econômicas, políticas na Nicarágua. A Revolução Popular Sandinista (RPS), 1979-1990 derrotou pela via insurrecional a ditadura somozista que governava o país desde 1936, submissa aos interesses do imperialismo estadunidense. De caráter autocrático burguês e de viés patrimonialista, cujo cerne dos poderes políticos e econômicos estavam concentrados nas mãos da família, sob os auspícios da Guarda Nacional, garantia um modelo de dominação capitalista com alta concentração de renda e a conservação das estruturas excludentes do ponto de vista da participação política. Sob a ditadura as organizações da sociedade civil de oposição constituíam-se uma força débil e ou quase inexistente, quando a FSLN conseguiu consignar a formatação de um movimento revolucionário que tornou possível tomar o poder político e empreender significativas transformações. O triunfo revolucionário em julho de 1979 abriu caminho para um projeto revolucionário que buscava *acelerar a história*, diminuir desigualdades, e ampliar direitos sociais e políticos na

perspectiva de uma democratização substantiva. No entanto, a derrota da Frente em 1990 e a ascensão do governo Chamorro representaram uma inflexão crucial nesse processo.

O objetivo principal do texto é discutir os debates em torno da transição política ocorrida na Nicarágua no contexto da derrota da FSLN e subsequente vitória da aliança encabeçada por Violeta Chamorro. A análise dessa transição tem sido objeto de intensos debates e de diferentes interpretações no campo das Ciências Sociais e da História. Parte significativa da literatura, especialmente aquela vinculada aos opositores da FSLN e a certas correntes da ciência política, caracteriza esse período como uma transição para a democracia, sustentando que o governo Chamorro inaugurou um regime democrático após o período sandinista entendido como autoritário ou ditatorial. Essa perspectiva enfatiza a funcionalidade das instituições formais, como eleições regulares, liberdade de expressão e coexistência de oposição.

Contudo, outras abordagens propõem compreensões distintas, como a da democracia autoritária ou transição à poliarquia, que reconhecem o caráter de aspiração democrática ou a existência de eleições, mas apontam para a manutenção de métodos autoritários, a dominação de elites restritas ou a ausência de consenso social. Ademais, é fundamental analisar essas transformações não isoladamente, mas co-

mo elementos constitutivos de processos amplos e dinâmicos da mundialização capitalista. A América Central, incluindo a Nicarágua, tornou-se um paradigma dos processos impulsionados pelas agendas transnacionais sob a égide do capitalismo neoliberal.

A preocupação principal do texto é discutir a transição na Nicarágua com a ascensão do governo de Violeta Chamorro ao derrotar eleitoralmente a FSLN. Propõe-se discutir o período sob uma perspectiva para além das definições formais de *democracia* e *autoritarismo*; ao final, na última seção, propõe uma análise que busca compreender o conteúdo de classe do Estado e das relações sociais em disputa a partir do conceito de autocracia burguesa. O argumento central é que a transição empreendida pelo Governo Chamorro não significou a introdução da democracia onde não existia, mas sim a interrupção de um projeto revolucionário de democratização substantiva e a restauração transfigurada de uma autocracia burguesa. Partimos dos discursos oficiais do governo Chamorro e de análises que enfocam as instituições formais, para contrastamos essas visões com interpretações que consideram a transição como parte de um processo de longa duração de inserção da Nicarágua na formação social transnacional do capitalismo mundializado. O caráter fundamental da dominação capitalista é seu conteúdo de classe, isto é, da dominação das clas-

ses proprietárias sobre da ossatura do Estado e dos ditames de seu conteúdo que se desdobra na limitação dos espaços de participação popular, ou seja, das classes subalternas. Assim, este trabalho busca discutir o complexo e multifacetado caráter da transição nicaraguense, buscando considerar as dinâmicas internas com as pressões estruturais da globalização capitalista a nível mundial.

OS DEBATES SOBRE DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NA NICARÁGUA

As agendas transnacionais da mundialização capitalista são constitutivas das transformações na Nicarágua. Os processos de transformações e mudanças não se explicam simplesmente pelas dinâmicas locais. Neste sentido, os elementos intrínsecos que compõem as disputas e os enfrentamentos de perspectivas distintas e ou opostas devem ser pensados, analisados e como elementos inerentes de processualidades amplas, totais e dinâmicas a nível mundial. Logo, explicar os processos de transformações na Nicarágua exige compreender que os mesmos não podem ser considerados separados, isolados e autônomos das dinâmicas globais do capitalismo. A mundialização capitalista singularize-se historicamente e conceitualmente exatamente pela capacidade do sistema capitalista mundial transnacionalizar estados nacionais e seus processos políticos tanto ao nível estatal, isto é, a

ossatura burocrática própria do Estado, como as organizações da sociedade civil, as classes sociais, as disputas em torno dos projetos de desenvolvimento e gestão econômica, da governabilidade, das experiências socioculturais. Em outras palavras, as agendas mundializadas implicaram na totalidade das formas de organização e percepção das experiências em sociedade na Nicarágua na virada da década de 1980 para os anos 90.

A propósito, segundo William Robinson (1997a), a América Central é uma espécie de paradigma dos processos empreendidas pelas agendas transnacionais da dominação hegemônica sob a insígnia da mundialização capitalista neoliberal. Países centro-americanos, de símbolos de resistência mediante as lutas revolucionárias, desde pelo menos a década de 1960 – o que provocou intensas transformações em sua estrutura social, econômica, política, cultural etc. – tornaram-se emblemas de integração à lógica da mundialização neoliberal. Os projetos alternativos e revolucionários foram superados, suplantados e os países centro-americanos foram submetidos a perspectiva da dominação hegemônica do capitalismo do *fim da história*.

O caso nicaraguense assinala uma dramaticidade do todo social ainda mais aguda uma vez que as lutas revolucionárias consignaram a um movimento de massa liderado por um partido de origem popular, a FSLN, a tomada do poder políti-

co estatal, ainda que a derrota não tenha tardado a bater às portas. De qualquer maneira o processo revolucionário liderado pela FSLN imprimiu à Nicarágua uma especificidade no conjunto dessas transformações. Ao superar uma ditadura autocrática burguesa de **viés patrimonialista**¹ iniciada em 1936, o pleito revolucionário buscou *acelerar a história* na perspectiva de alcançar a diminuição das desigualdades econômicas, de criar/ampliar direitos sociais e políticos dentro de um projeto sob a lógica de uma *democratização substantiva*, como caracteriza o período sandinista (1979-1990), Carlos Aguilar Sánchez (2000). Em sua perspectiva, o projeto era democrático substantivo porque não se limitava em conceder apenas o direito de escolher os representantes, ou ser visto como cidadão abstrato, mas de ter acesso a bens de consumo e de melhores condições dentro da reprodução da vida social. Nesse sentido, os meandros do processo revolucionário sandinista, inclusive a realização de eleições,

[...] se contemplaba como un momento más avanzado del proceso general de reorganización, una vez que se sentaran las bases institucionales y legales que permitieran una participación amplia y pluralista en un país sin tradición democrática de ningún tipo (SANCHEZ, 2000, p. 6).

O fim do projeto revolucionário deve ser compreendido, como uma “*aceleração da história*” interrompida. Em outras palavras, a transição interrompeu um processo revolucionário em curso que procurava superar o *atraso* sociopolítico que a ditadura teimava em conservar. A *modernização conservadora* empreendida pela ditadura *somozista*² consignou modernização dos processos produtivos e a inserção da Nicarágua, através da exportação de produtos agrícolas, ao mercado externo, ao mesmo tempo que impediu a formação e a consolidação de organizações sociais – partidos, sindicatos, associações de trabalhadores, etc – típicos da funcionalidade de uma sociedade democrática. Isso impediu a formatação, isto é, serviu como entrave para o surgimento de organizações da sociedade civil que reivindicasse direitos básicos e melhores condições nas relações de trabalho. A RPS (Revolução Popular Sandinista) buscou acelerar esse processo de modernização na construção de um Estado que consignasse a funcionalidade de instituições burocráticas relativamente autônomas – ainda que existia uma simbiose entre Estado-partido –, permitindo a emergência, sobretudo, de organizações de trabalhadores tanto urbanos como rurais. Ademais, emergiram diversas organizações sociais dos mais amplos setores e classes sociais na Nicarágua durante o governo sandinista, como atesta o Eduardo Baumeister (1990).

Nesse sentido, a transição nicaraguense ao modelo neoliberal não ocorreu de um Estado democrático liberal típico, ou de um modelo autoritário autocrático burguês, mas de um Estado revolucionário democrático-popular de feições marxista-leninista em que um partido revolucionário de massa controlava o Estado e sua estrutura burocrático-administrativa. A propósito, o governo revolucionário procurou empreender uma espécie de *modernização acelerada*³ na transformação capitalista, uma vez que a Nicarágua era um antro de *atraso*, em que as instituições estatais pouco funcionavam no sentido de atender demandas de uma sociedade civil ampla e democrática, pois a ditadura Somoza emperrou a funcionalidade de uma democracia liberal típica. Nesse sentido, o Estado nicaraguense, sob a ditadura, não empreendeu a construção de uma burocracia e de um sistema que atendesse um conjunto variado de interesses políticos e sociais oriundos de diferentes organizações da sociedade civil, mas manteve um cerceamento permanente e atendendo restritamente parcelas da sociedade civil.

Compete explicitar a perspectiva de transição que concebemos. Primeiramente, apresentamos diversas elaborações que caracterizam a mudança de governo, isto é, a derrota sandinista e o governo de Violeta Chamorro como parte das *transições democráticas* na América Latina, especialmente na América Central; o momento histórico

do final da década de 1980 e a passagem para os anos 1990. A *transição* então ocorre sob fortes tensões políticas. As contradições são intensas, os acordos e arranjos políticos não são fáceis de localizar, os adversários são aliados e os aliados se tornam inimigos. Esse debate já está posto pela Ciência Política tanto por especialistas nicaraguenses, quanto por latino-americanos ou por latino-americanistas.

Inicialmente, na versão dos vencedores das eleições de 1990, portanto opositores eleitorais imediatos da FSLN, a transição era para a *democracia* uma vez que o período sandinista teria se configurado como um regime autoritário e ditatorial. Logo, as obras produzidas por esses opositores dos *sandinistas* tinham na questão democrática seu principal foco. Não obstante, o elemento democrático configurou-se como um mantra nos debates políticos e no *marketing* eleitoral do governo de Violeta Chamorro.

Essas formulações discursivas vinculadas em jornais, revistas e/ou livros, construíram uma narrativa de que a democracia na Nicarágua foi inaugurada com a vitória de Violeta Chamorro. Em *Memorias de mi gobierno 1990-1996* (1996) de Violeta Chamorro, publicado em quatro volumes, buscou construir essa narrativa. A obra de Antonio Lacayo Oyanguren, ministro da presidência, a principal personagem do governo Chamorro, *La difícil*

transición nicaraguense: en el gobierno con doña Violeta (2005)⁴, argumenta na mesma perspectiva.

O livro *La democracia de Pedro y presidenta Violeta B. de Chamorro* editado e publicado em 2012 por Cristiana Chamorro Barrios, filha da ex-presidente e de Joaquín Chamorro⁵ corrobora a mesma perspectiva. Divido em 5 sessões, é um verdadeiro ode à construção memorialística dos pais como autênticos democratas. Composto de imagens e textos com legendas celebram/constroem uma memória de ambos como pais da democracia nicaraguense. A sessão destinada ao período presidencial de Violeta Chamorro celebra-a como a construtora da democracia, da paz e de uma eficiente administradora pública. “*Del totalitarismo a la democracia*” (p. 291) “*Para que exista democracia el primer demócrata debe ser el gobernante*” (p. 300). Cheio de frases de efeito de Violeta Chamorro que combinadas com as imagens coloca os sandinistas como os antagonistas máximos da história da Nicarágua. Essas publicações de forte apelo midiático, que perpassam três importantes momentos da história da Nicarágua nos interessam, visto que, nas palavras de Guillermo Ampié (2014, p. 52), “*estas publicaciones, [...] pretenden conferir ala figura de la señora de Chamorro un ‘aura mítica’ y transformar su gobierno en un mito político-ideológico*”.

Antonio Lacayo Oyanguren, cuja obra publicada contendo mais de 700 páginas, era genro

(esposo de Cristiana Chamorro), foi o principal articulador da campanha eleitoral e o ministro da presidência de Violeta Chamorro, o homem forte do governo. Bem elaborado e de grande difusão, o livro descreve em detalhes as entranhas das relações do exercício do poder político e econômico do governo desde uma perspectiva com os grupos internos bem como as relações externas, especialmente com o Estados Unidos. O intento fundamental é justificar as ações políticas e medidas econômicas tomadas durante o governo. E claro, a transição democrática é elemento fundamental, oferecendo a perspectiva de que é a partir da derrota dos sandinistas que Nicarágua passa a viver sob um regime democrático, uma vez que tanto o regime *somozista* como governo sandinistas eram ditaduras.⁶ As primeiras eleições livres da Nicarágua foram as que consagraram Violeta Chamorro presidente 1990, conforme ela mesma vocalizou: “*primera elección libre en nuestra historia ganada por la oposición*” (p. 27). Os sandinistas são os principais responsáveis pelas mazelas, pobreza, crise econômica, violência etc.

Outra obra importante nesse sentido foi publicada em 1996, próximo ao fim do governo. Editada por outro filho de Violeta Chamorro, Pedro Joaquín Chamorro Barrios *Transición y transformación: 1990-1996 imágenes del cambio*. Composto de imagens e legendas intenta criar a ideia de modernização, de entrada da Nicarágua no mundo do

consumo moderno típicos dos países ricos, especialmente os Estados Unidos. Portanto, visava mostrar que o progresso econômico era uma realidade palpável ao mostrar imagens de Violeta Chamorro em empresas multinacionais – Pizza Hut, Subway, Chevrolet, Texaco, Shell – que haviam se instalado na Nicarágua possibilitando o consumo e como esse havia se expandido após 1990. Em contraste, filas enormes do período sandinista eram apresentadas para demonstrar a diferença de prosperidade entre os dois momentos (AMPIÉ, 2014).⁷

Percebe-se, logo, que no discurso oficial a transição era do *deu* um regime ditatorial para a democracia, *do socialismo para o livre mercado e da guerra para a paz* (AMPIÉ, 2014; OYANGUREN, 2005; CHAMORRO, 1996a). O discurso da *transição para a pacificação* ocupa grande parte do esforço do governo Chamorro. Esse discurso é central no processo da disputa política. A superação do governo sandinista significou o fim da guerra e a construção de uma situação de paz corroborando com a consignação da autocracia burguesa – discutiremos logo abaixo – uma vez que a paz só seria possível com a *dessandinização* da Nicarágua. Dito de outra maneira, mais do que tomar o poder político, o controle do Estado e de sua burocracia das mãos dos sandinistas, o objetivo fundamental era *dessandinizar* o país, ou seja, reestruturar de maneira cabal o modelo de gestão econômica, expurgar da política, dos aparatos sociais e das organi-

zações civis – condições que havia possibilitado a FSLN ter a hegemonia em grande parte da década de 1980 –, todos os resquícios do sandinismo.

Segundo Guillermo Ampie (2014), essas obras cumprem um papel fundamental na construção da ideologia acerca do período Chamorro.

El discurso más difundido sobre la transición y la democratización de Nicaragua, reiterado constantemente por los principales medios de comunicación extranjeros y los nacionales vinculados a la clase empresarial antisandinista, sostiene que, con el triunfo electoral y la toma de posesión de Violeta Barrios de Chamorro como presidenta del país, en 1990, inició o llegó la democracia en Nicaragua. Este discurso agrega además, que dicho proceso de democratización estaría caracterizado por la pacificación del país – con la conclusión de la guerra que afectaba al país durante casi una década –, haber logrado la reconciliación de los bandos políticos enfrentados, y el restablecimiento de las libertades públicas –principalmente de expresión y prensa– la apertura del libre mercado y la estabilidad económica. Este relato, que también significa la interpretación y una versión de la historia reciente del país, también ha sido inculcado a las nuevas generaciones de nicaragüenses a través de los textos escolares (AMPIE, 2014, p. 52).

Além das obras produzidas por órgãos oficiais do governo de Violeta Chamorro ou de pes-

soas próximas a ela, configurando como obras de visão familiar-pessoal sobre seu governo há uma grande quantidade de produções que analisam o período referido. Ainda que sejam de origens variadas, em linhas gerais as análises acerca das mudanças de governo e/ou regimes na América Latina, Central e especialmente no caso da Nicarágua se concentram em duas vertentes principais: democracia *versus* autoritarismo e democracia autoritária. A questão posta é sobre a natureza da transição política de governo na Nicarágua com a vitória de Violeta Chamorro. De maneira geral, os debates se concentram em considerar que o novo governo é de fato a consolidação da transição à democracia e que, portanto, mesmo que tenha se iniciado no período sandinista, ainda era uma democracia frágil, débil, de conteúdo autoritário, logo não completamente democrático o que de fato foi alcançado no governo Chamorro.

Da primeira vertente as obras se concentram no processo institucional, isto é, nos motes de construção e funcionalidade de aparatos institucionais no âmbito da burocracia estatal. Essas obras estão vinculadas ao que se convencionou chamar *teoria da transição* ou da *consolidação democrática* na América Latina. Logo, o que interessa é a chamada *transição* e a *governabilidade* democrática.⁸ O debate predominante na ciência política considera o pleito eleitoral de 1990 como chave desse processo de consolidação democrática na

Nicarágua. Ademais, é preponderante uma concepção de separação ou autonomia plena entre o político e o econômico, sobretudo. Os cientistas políticos Joan Font & Ricard Gomà (1991), partem dessa perspectiva para analisar as eleições de 1990 e a transição para o governo Chamorro.

La victoria electoral de la UNO redefine el sistema de actores políticos, el cual sin embargo, se ve de inmediato sometido a fuertes dinámicas de realineamiento interno. La transferencia pacífica de funciones de gobierno desde la izquierda hegemónica durante la transición, a la nueva mayoría de derechas surgida de las elecciones, se convierte en un factor clave de consolidación democrática. La consecución de la paz, con el desarme de la contra y su exclusión de cualquier estructura de poder estatal refuerza estratégicamente el proceso democratizador (p. 51).

O binômio democracia versus autoritarismo serve como mote explicativo porque o horizonte é a eventual funcionalidade das instituições. Como escreve David Close, autor de *Los años de Doña Violeta: La historia de la transición política* (2005) “Por lo tanto, la consolidación de la democracia significa que las instituciones democráticas constituyen la estructura normal para lograr el control y conducir al Estado” (p. 18). Na concepção do cientista político estadunidense, a transição democrática é a denominação genérica dada no processo

em que uma democracia constitucional substitui um regime autoritário inconstitucional.

Segundo ele, ainda que a transição democrática se inicia durante a RPS sua consolidação se dá no governo Chamorro.

En Nicaragua, a diferencia de la mayoría de los demás países la transición ha sido un proceso prolongado, realizado de forma disímil por gobiernos que representan dos ideologías muy distintas. La Nicaragua sandinista fue incuestionablemente más democrática que su antecesora somocista, pero su visión de lo que hace democrático a un estado (igualdad económica y social combinada con elevados niveles de participación política de las clases populares) tenía muy poco en común con los puntos de vista de la administración Chamorro (Gobierno constitucional representativo y Estado de Derecho). La consolidación democrática viene después de la transición democrática (CLOSE, 2005, p. 17).

Nesse sentido, segundo sua perspectiva, a consolidação democrática ocorre quando as instituições da burocracia estatal funcionam atendendo as regras previamente estabelecidas; que respeita os direitos humanos, a liberdade de expressão, ocorrência de eleições regulares, coexistência e espaço da e para a oposição e a funcionalidade do poder judiciário independente.

Se considera que el gobierno democrático se hay consolidado cuando ningún actor político de importancia desea ni prescindir totalmente de la democracia ni deponer por medios inconstitucionales un determinado Gobierno instalado democráticamente. En una democracia consolidada las condiciones, práctica y maquinaria de la política democrática (protección efectiva de los derechos humanos, libertad de oposición, responsabilidad gubernamental ante la ciudadanía a través de las elecciones, órganos representativos con buen funcionamiento y poder judicial independiente) son las instituciones ordinarias de Gobierno (CLOSE, 2005, p. 17-18)

O cientista político Jorge Rovira Mas (2009), corrobora com essa concepção. No entanto, entende que ainda que o processo tenha se iniciado após o fim da ditadura dos Somozas a democracia ainda não se consolidou na Nicarágua. De qualquer forma, a centralidade está em pensar a funcionalidade da estrutura burocrática estrita presente no e do Estado. Outra obra de relevância que compartilha as perspectivas fundamentais acima descritas é o livro *Transición política y reconversión militar en Nicaragua (1990-1995)* de Roberto Cajina publicada em 1996. Distingue, contudo por sua ênfase na questão militar, isto é, no processo de reconfiguração das forças armadas nicaraguenses; de um exército partidário político para as forças armadas regulares do Estado.

Há nessas obras um entendimento de que a RPS, a despeito de seu caráter revolucionário van-

guardista de inspiração marxista-leninista se assemelhou em muito ao modelo democrático liberal típico com a participação política e eleitoral da oposição, tendo inclusive, eleições regulares. As eleições de 1984 e de 1990 foram realizadas dentro da legalidade constitucional, conferindo singularidade do ponto de vista histórico dos processos revolucionários sob a bandeira do socialismo ou do marxismo-leninismo e ao mesmo tempo semelhanças com os processos regulares das democracias liberais típicas. Parte das obras que debatem a questão da transição na Nicarágua consideram esse elemento fundamental, uma *transição de longa duração*. A obra de David Close (2005), endossa essa concepção que atribui ao triunfo da revolução em 1979, o início da transição democrática na Nicarágua. Para ele, contudo a democracia como regime só se consolida a partir de 1990, no governo Chamorro, como já citado acima. Ademais,

El orden político construido por los sandinistas era más pluralista que cualquiera de sus vecinos de Centroamérica, excepto Costa Rica. La transición democrática de Nicaragua no era la introducción de la democracia donde no había existido antes, sino el desplazamiento de una forma de democracia a otra (CLOSE, 2005, p.16).

Ainda que seja válida, a cilada endossada por essa perspectiva é de tratar os dois momentos como sendo parte de uma mesma coisa ou apenas

faces distintas de um mesmo objeto. Isso anula não somente a proposta, mas a possibilidade revolucionária contida no levante popular de 1979, porque mesmo que a RPS tivesse componentes semelhantes aos ditames das democracias liberais típicas, o seu conteúdo constitui-se além dessa redução. Havia, um componente revolucionário no governo sandinista que perpassava e abarcava dimensões estruturais de transformações tanto políticas, culturais, social e econômicas de acesso democrático aos meios concretos de produção e reprodução da vida material para além das formalidades e generalidades das denominadas democracias latino-americanas.

Além disso, essas concepções reduzem, empobrecem o debate e limitam demasiadamente as tensões e contradições das classes sociais e dos partidos políticos como expressões *políticas* dessas ambiguidades, porque centram suas análises apenas nos aspectos formais da funcionalidade do Estado. Especialmente no caso sandinista que se configurou como uma revolução democrático popular de economia mista, mas de viés socializante, com partido revolucionário buscando controlar as esferas sociais e políticas totais da sociedade civil e da burocracia estatal, em uma simbiose entre partido e Estado.

Essas formulações partem de um recorte de que a política é a busca do *bem comum*. Considera, que a política só está presente no Estado es-

tritadamente com sua ossatura burocrática, cujo meio de acesso está intrinsecamente vinculado ao campo representativo eleitoral. Nesse sentido, a dimensão horizontal, isto é, os cidadãos são iguais uma vez que o voto de cada um, independentemente de sua posição nas relações sociais, tem o mesmo peso. Portanto, a dimensão vertical da política, em que alguns grupos sociais controlam o poder e domina sobre os outros é desprezada, ou seja, desconsidera-se a dimensão e/ou característica fundante de toda e qualquer sociedade de classe. Nas sociedades liberais típicas a participação cidadã se resume em eleger, escolher os representantes, anulando a participação direta nos rumos decisórios, constituindo-se “como parte do exercício do poder dos setores dominantes”, como argumenta Jaime Osório (2019, p. 94).

A sociedade, sob a égide das relações capitalistas, é constituída de fissuras sociais resultante da divisão de classes. As relações são truncadas e inerentemente contraditórias, e as classes sociais estão em disputa permanentemente pelo controle e o exercício do poder, constituindo-se, a partir dos aparatos estatais uma relação vertical da dominação política, não configurando, portanto, uma relação de sujeitos iguais em poder. Como argumenta, Jaime Osório (2019):

As sociedades capitalistas constituem espaços de força, territórios nos quais se criam e se movem forças sociais, resultado da presença

de classes sociais, frações e setores que estão em disputa e se confrontam. A base da política está formada pelas inúmeras atividades que podem gerar e acumular forças para exercer e manter o poder político ou para resistir, disputá-lo e alcançá-lo (p. 94).

Exercer o controle político do Estado é, nesse sentido, crucial, uma vez que é através dele ser possível interesses particulares de poucos se configurarem como interesses gerais, constituindo-se a possibilidade de criação e recriação de um imaginário coletivo, um senso de comunidade. Os aparatos estatais, ideológicos, aparelhos privados de hegemonia, são imprescindíveis para a consecução da tarefa de dominação. Ademais, possuir o poder do Estado é um empreendimento político “fundamental para as classes dominantes, não apenas porque através do Estado essas classes convertem seus projetos em projetos gerais, mas também porque a partir do Estado o impulso de seus planos sociais se potencializa” (OSÓRIO, 2019, p. 96).

Voltemos aos sandinistas. De fato, as concepções sobre democracia apresentadas pelos sandinistas no poder ao longo da Revolução foram diversas e ambíguas, se considerarmos tanto as perspectivas discursivas quanto as práticas. Dessa forma, a prática e o conteúdo discursivo do governo sandinista tinham como eixo orientador a participação das massas populares nos assuntos da vida

social, política, cultural e econômica. Nesse sentido, o governo revolucionário liderado pela Frente Sandinista deve ser considerado como o início do desenvolvimento democrático na Nicarágua; a busca de consolidação de uma democracia de tipo popular e que não se limitava apenas a participação nos processos eleitorais sabidamente fraudulentos da época *somozista*, mas também no sentido de acesso aos meios de produção, de capital simbólico, cultural, de participação decisória em diversas instâncias sociais (SANCHEZ, 2000; TORRES-RIVAS, 2008, p. 179).

Nesse sentido, a Revolução não se limitou a construir uma democracia de tipo liberal/formal na Nicarágua. A perspectiva de que ela *apenas* desempenhou um papel no processo transitório, num conjunto mais amplo de modificações estruturais na relação do Estado com os sujeitos – indivíduos ou sociedade civil – pensado no aspecto da “longa duração” deve ser rejeitado, visto que ela pode e deve ser entendida como elemento fundante e também fundamental da transição democrática, uma vez que foi ela a principal força política que derrotou a *ditadura Somoza* que governou a Nicarágua num regime autoritário ditatorial de caráter autocrático e de feições patrimonialistas.⁹ Para alguns, inclusive, o principal legado da Revolução foi inaugurar e consignar uma prática democrática na Nicarágua (RAMÍREZ, 2011).

Como argumenta Eduardo Baumeister (1990), a Revolução Sandinista implementou pela primeira vez na Nicarágua uma perspectiva democrática ao construir um projeto de transformação revolucionária inclusiva – educação, saúde, econômica, direitos sociais e jurídicos garantidos pelo Estado, etc – e participativa do ponto de vista político e econômico, e não limitada apenas aos processos eleitorais. Ademais, a partir de 1979 ocorreu no país a elaboração e a execução definitiva de um projeto de nação vinculada a lógica representativa e o desenvolvimento de uma sociedade civil capaz de elaborar, questionar e propor intervenções cidadãos tanto do ponto de vista político, econômico, cultural e de interesses sociais diversos, inclusive jurídicos.

A *unidade* entre os dois momentos, o sandinista e o governo Chamorro, de transição deve ser compreendido não em termos de regime político, mas da manutenção de interesses da classe proprietária, ainda que subordinado, a *burguesia patriótica* com sua perspectiva *modernizantes* vinculadas aos interesses do capitalismo mundializado teve grande espaço econômico no governo sandinista mesmo não controlando o poder político. O espaço concedido na economia mista sandinista a essa fração pode ser entendido como ator fundamental nesse espectro da *transição de longa duração*.

Essa perspectiva é defendida pelo cientista político Willian I. Robinson (1997a), num artigo cujo objetivo é discutir a inserção da Nicarágua na econômica mundializada, nas novas dinâmicas da globalização. Sua argumentação centra-se no sentido de que tanto a modernização do Estado durante o governo da FSLN em sentido amplo, como mencionado acima, assim como o espaço concedido a essa burguesia modernizante foram fundamentais para os rumos tomadas pelo governo neoliberal na década de 1990.

Los vínculos entre las presiones estructurales relacionadas a la globalización y cambios en las variables internas económicas, sociales, políticas y otras, en la Nicaragua de los 1960 a los 1990, son complejos y diversos. Aparte de los factores de comportamiento [...] el contexto global que Nicaragua enfrentaba en la década de 1980 empujó al gobierno revolucionario hacia alianzas de clases con fracciones capitalistas modernizantes que habían surgido en la década de los sesentas y setentas. Estas fracciones, perfectamente distinguibles de los capitalistas Somocistas compinches, se mantuvieron ligadas al mercado capitalista mundial durante el período sandinista, sustituyendo cada vez más, al estado como el intermediario principal entre Nicaragua y esos mercados, y desarrollaron vínculos con las emergentes fracciones transnacionales dirigidas por los Estados Unidos. Actuaron como puntos de acceso para la penetración transnacional de los Estados Unidos, incluyendo una capacidad estructural

para imponer políticas sobre el estado sandinista, tales como la agroindustria privada y subsidios industriales, todo lo cual minaba las clases que constituían la base social de la revolución y reorientaba el poder interno alejándolo de estas clases y orientándolo hacia una elite en proceso de reconstitución (ROBINSON, 1997a, p. 206).

Nesse sentido, o processo revolucionário sandinista buscou empreender uma transição democrática no sentido amplo, pois além de eleições regulares com participação da oposição, a gestão democrática não se restringiu a participação eleitoral ou eleitoreira, mas em participação e acesso as estruturas sociais: propriedade, reforma agrária, organizações de variadas características e perspectivas. Em outras palavras, o processo revolucionário legou não apenas participação eleitoral com as oposições participando, mas possibilitou a efetiva participação popular nas decisões políticas a nível estatal, constituindo uma democracia revolucionária desde o início.¹⁰

Logo, considerar que o governo Chamorro é a transição democrática na Nicarágua é um equívoco conceitual. Como argumenta Carlos Sanchez (2000),

En el eje que va del triunfo insurreccional al proceso de reconstrucción puede entenderse el esfuerzo por cimentar la democracia en Nicaragua, basada sobre todo en la participación

efectiva de los diversos sectores económicos y políticos del país. La oposición al modelo elitista de democracia, cuyo principal (pero no único) factor de medición es la competencia electoral, se entiende en este contexto como la oposición a un imaginario mítico (ideológico), falso de la democracia, no sustentado sobre el conocimiento real y concreto de la historia nicaragüense, como un elemento más que contribuye a las condiciones estructurales de desigualdad y autoritarismo (p. 05).

Nesse sentido, essa perspectiva corrobora com a concepção defendida por Willian Robinson (1997a), segundo a qual a Nicarágua e a América Central como um todo passaram por um processo de transição de longo prazo.

El cambio de régimen en Nicaragua, que no necesariamente significa una “transición a la democracia”, como en el resto de Centroamérica, se ha dado como parte de un cambio amplio en el orden social: El período analizado involucró cambios de un régimen autoritario a uno revolucionario y, después, a un régimen poliárquico. El descalabro del sistema político autoritario con el fin de la dictadura somocista en 1979, fue seguido por un intento fallido de construir una democracia revolucionaria por el régimen sandinista (1979-1990), y continuado por otro régimen en 1990, el Gobierno de Violeta Chamorro, el cual representó un intento de instalar una poliarquía estable (p.198).

A transição *democrática* de longo prazo, isto é, iniciada com derrubada da ditadura dos Somozas pela revolução popular liderada pela FSLN e o governo Chamorro seria uma continuidade desse processo no sentido de ampliar os espaços de participação; contudo é um processo democrático revolucionário. Logo, essa compreensão é mais precisa ao considerar que é a partir da revolução sandinista que a democracia foi instituída como horizonte na Nicarágua e não a partir do governo de Violeta Chamorro. Entende que *transição* e não *democratização* explica melhor os processos das transformações que ocorreram.

Por lo tanto, el término transición, tal como se utiliza aquí, no se refiere a [a “democratización” sino al cambio fundamental llevado a cabo en el orden social a lo largo de un extenso período de transición, desde los años de 1960 a los de 1990. Como veremos, el movimiento subyacente ha sido la inserción de la formación nacional nicaragüense a una formación social transnacional (sociedad global), recíproco al movimiento a nivel mundial del estado-nación a la fase transnacional del capitalismo mundial (ROBINSON, 1997a, p. 198).

O enfoque do autor, contudo está em pensar a transição em um sentido mais amplo, numa dimensão mais extensa considerada em sua dimensão transnacional e não apenas nacional, local.

Un enfoque sobre los procesos transnacionales como la causa dinámica subyacente, que realizo en la siguiente sección, revela la continuidad paradójica entre lo que aparece en la superficie como desconyunturas dramáticas entre períodos autoritarios, revolucionarios y poliárquicos. Lo que ha sucedido fueron cambios en el gobierno y el sistema político formal, simultáneamente con, y como una dimensión de un cambio mucho más fundamental en el orden social mismo, lo que involucra una completa reestructuración de la sociedad nicaragüense a todos los niveles —económico, político, social, cultural (ROBINSON, 1997a, p. 198).

Acerca da vertente da democracia autoritária as obras se concentram em entender a transição ocorrida após o governo Chamorro como uma transição autoritária. Como se supõe de imediato, consideram a RPS como contendo um componente democrático e que, portanto, não endossam, a perspectiva de que a democracia emergiu após a derrota dos sandinistas. O debate predominante, contudo, está centrado na questão da chamada *consolidação democrática* na última década do século XX na América Latina, tendo como critério fundamental a ideia de autoritarismo. Os textos do sociólogo Edelberto Torres-Rivas (1991; 1996; 2008) são referências fundamentais dessas formulações.

Edelberto Torres-Rivas procura situar e caracterizar as transições políticas que ocorreram na América Central e especialmente na Nicarágua,

como regimes com aspirações democráticas. Leva em consideração os antecedentes históricos, e a permanência em certa medida, de métodos violentos, herdados da perspectiva militar de dominação que vigorou por décadas e constitui-se como uma característica típica da região. Estabelece-se, então aspirações democráticas, isto é, métodos propriamente políticos democráticos, necessários para a formação de uma *democracia possível*, que em sua linguagem, não trata de uma concepção de conceito deduzido da teoria pura e simples, mas sim da estrutura política e historicamente resultante de lutas sociais, acordos e enfrentamentos, impulsionados por forças políticas com um projeto *utópico* de transformação, que levam inclusive, a perspectiva democrática até seus limites históricos.

A ausência de partidos políticos, formapolítica necessária para o diálogo de diferentes forças sociais (classes), com projetos claramente definidos e comprometidos com essa democracia possível, cujo horizonte na América Central seria prioritariamente a diminuição dos métodos violentos e brutais que definem a relação entre governantes e governados, faz com que os regimes em formação tenham forma democrática, mas conteúdo autoritário, sem um consenso¹¹ alcançado por uma pluralidade de atores políticos socialmente legitimados.

Considera que a origem da transição política nesses países é diversa, porém pode ser enten-

dida como um esgotamento das formas de dominação violenta seja por pressão política interna (frações das classes dominantes ou movimentos dos subalternos), seja por crise econômica, pressão internacional ou uma combinação dessas e outras determinantes que fizeram o regime democrático tornar-se a fórmula política na boca de todas as forças políticas em questão. No caso nicaraguense a transição começa com revolução sandinista em 1979 e não em sua derrocada no ano de 1990, pois foi a RPS, nas palavras do autor, que dá voz e possibilidade de exercício de poder às massas, portanto ascenderam à espaços até então inéditos (TORRES-RIVAS, 1991). Contudo, *“la estrategia de convertir una revolución política en una democracia social se hundió en el abismo de la peor crisis económica experimentada por sociedad alguna en América Latina”* (TORRES-RIVAS, 1996, p. 15).¹²

De maneira sucinta, a perspectiva de Edelberto Torres-Rivas de transição autoritária é no sentido de que há uma dominação oligárquica que controla o processo. Logo, o governo democrático é resultado da imposição de frações das classes proprietárias dominantes que buscam, ao controlar a ossatura do Estado e de seus aparatos, impedir que outro intento revolucionário — como fora o caso sandinista — seja organizado e ascenda ao poder.

Em certa medida, essa perspectiva é compartilhada por outras obras que descrevem o processo como uma transição à *poliarquia*.¹³ Argumenta que a transição foi levada a cabo por um pequeno grupo que controla o poder político e o exerce a partir da exclusão e do controle dos aparatos estatais de modo exclusivo. A principal referência dessa concepção é o cientista político estadunidense William I. Robinson. Em dois trabalhos, acima citados, um mais geral sobre a América Central, *Maldesarrollo en América Central: un estudio sobre globalización y cambio social* (1997b) em que aborda os processos de transformações vinculados a globalização na região que resultaram em exclusão, pobreza e violência e outro em que discute especificamente o processo de transição na Nicarágua, *Un estudio de caso sobre el proceso de globalización en el Tercer Mundo: una agenda transnacional en Nicaragua* (1997a). Esses dois trabalhos são as principais referências que abordam a partir da chave *poliarquia*. Tem grande mérito de pensar o processo como uma transição vinculada as novas faces da mundialização capitalista, sob os auspícios da dominação imperialista estadunidense em face do neoliberalismo como nova fase da dinâmica capitalista. Contudo, o foco é fundamentalmente nas questões externas em que, portanto, as dinâmicas internas dos variados grupos que compõem as disputas dentro da ossatura burocrática do Estado não são contempladas. Assim, as disputas políticas e sociais dos

diferentes grupos, especialmente das organizações de trabalhadores pelos espaços políticos de representação não são contempladas pelas análises. Em síntese, as dinâmicas internas que perfazem e compõem o tecido social na busca pela ocupação dos espaços de atuação política não são objetos de estudos do autor.

A dimensão mundial, em seus aspectos globalizantes para utilizar o termo empregado pelo autor, como elemento fundamental nos processos de transformação na Nicarágua não deve ser dispensado, contudo, entendê-los como constitutivos da mesma dinâmica não nos parece o melhor caminho. Compreendemos, ser o contrário o intento do projeto político revolucionário sandinista: consignar uma transformação capitalista que possibilitasse romper com a dinâmica da dependência característica da ditadura somozista.¹⁴ Nesse sentido, é fundamental entender que a revolução sandinista se constitui como um interregno nessa processualidade histórica do ponto de vista das disputas das classes sociais. A Revolução Sandinista, portanto, é um hiato entre uma autocracia burguesa e a outra. A vitória que principia o governo de Violeta Chamorro é a restauração da autocracia burguesa, que retorna transfigurada, como novos rostos, novas dinâmicas, mas mantendo a mesma perspectiva de dominação das classes proprietárias cerceando as possibilidades de superação da lógica capitalista e controlando arbitrariamente até mesmo

os meandros das transformações capitalistas que representasse o mínimo perigo ao seu domínio do poder político, da estrutura estatal e dos meios de produção do valor.

A CONTRARREVOLUÇÃO E A RESTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA BURGUESA

A questão que norteia essas elaborações explicativas sobre a mudança de governo na Nicarágua e estabelece paradigmas definidores sobre o processo histórico é a concentração na natureza da funcionalidade da ossatura do Estado, especialmente em seu sentido estrito. As delimitações descritivas sob essas perspectivas enfraquecem a possibilidade de compreensão das complexas teias das relações sociais, econômicas, políticas, culturais etc. diante das disputas em amplos sentidos, uma vez que as classes sociais em disputas, em fissuras, ou antagônicas não aparecem como elementos fundantes e fundamentais da lógica que estrutura as sociedades sob a insígnia do capitalismo. O confronto de classes nas sociedades competitivas, na sociedade burguesa, é também definidor do complexo tecido social que compõe e estrutura os processos de produção e reprodução da vida cotidiana, das propriedades, das relações de trabalho, do acúmulo de riquezas, da exploração, das relações comerciais. Nesse sentido, rejeitamos as perspectivas que atribuem autonomia funcional

das disputas políticas e da formatação da ossatura do Estado como definidoras da concepção de democracia ou de análise da transição política, pois essa é a forma e não o conteúdo das relações sociais complexas. Explicações/compreensões que dispensam a totalidade social da processualidade histórica e elaboram, portanto, uma perspectiva estreita e por vez esquemática de democracia se agarram a forma e não ao conteúdo (MARRERO, 1991; OYANGUREN, 2005; CAJINA, 1996; CLOSE, 2005).

Além disso, são perspectivas que constroem uma dicotomia entre democracia e autoritarismo. O Estado não é arbitrário se se respeita as regras estabelecidas e dispõem de disputas regulares dos cargos políticos, e as organizações da sociedade civil e o mercado funcionam bem. Desconsidera, contudo a brutalidade do despotismo do capital no processo de expropriação. Essas análises sobre a democracia, especialmente na América Latina são tributárias da teoria política de matriz anglo-saxã, e segundo Jaime Osório (2019, p. 271-272), “se furta de problematizar e, portanto, explicar a estranha convivência imperante entre democracia (política) e despotismo do capital”. Nesse sentido, argumenta o mesmo autor:

A partir de uma perspectiva geral, poderia se afirmar que o autoritarismo perpassa a totalidade da vida em sociedade, com o despotismo do capital reinando em todo lugar, submeten-

do grande parte da população à precariedade do trabalho, estabelecendo jornadas intermináveis, fazendo da saúde, da educação e dos fundos de pensão rentáveis negócios, estabelecendo uma desigualdade social crescente, impondo um férreo controle e criminalização dos protestos sociais, tornando um expediente natural e cotidiano a expropriação de terras e de recursos naturais de povos e comunidades, em suma, submetendo toda a existência à arbitrariedade e violência do capital em seu afã de lucro (OSÓRIO, 2019, p. 270).

Prevalece, dessa maneira nesses debates sobre a transição uma perspectiva fetichista sobre a democracia, como argumenta Mauro Iasi (2017). Ele escreve que há um paradoxo insuperável na lógica democrática liberal, cujo desafio fundamental “é encontrar a forma política adequada a seres formalmente iguais em direitos que são de fato desiguais diante da propriedade e, consequentemente, das riquezas e posição social que daí deriva” (p. 271).

As análises ficam muito restritas a esfera política, separando do todo social, especialmente a esfera da produção e reprodução das relações econômicas, do mercado, do trabalho, da exploração do acúmulo de riquezas, daquilo que constrói a distinção *econômica* que sustenta, inclusive simbolicamente e no imaginário coletivo, as distinções sociais.

Parte significativa desses debates, contudo, se funda numa concepção teórica que percebe a sociedade como se fosse uma entidade dividida em três partes distintas e autônomas: o Estado, a sociedade e o mercado. A democracia seria, dentro dessa lógica assunto de exclusiva competência do Estado, furtando a esse a tarefa de resolver questões vinculadas à pobreza, às condições precárias de trabalho ou à situação miserável de existência – fome, falta de moradia, de educação, de saúde, etc. – porque seria função do mercado, enquanto a sociedade civil com suas variadas formas de associação (ONGs, organizações de consumidores, de filantropias, associações virtuais, clubes, entre outras) seriam as faces predominantes na esfera da sociedade cuja diversidade de “poderes diferentes questionaria a ideia de centralidade do poder político e sua fundamental hierarquia (OSÓRIO, 2019, p. 271).

O que está posto como leitura da realidade de toda América Latina, continua Jaime Osório (2019), é que

[...] é perfeitamente possível a presença de Estados democráticos, já que se respeitam as regras de procedimento estabelecidos, embora no conjunto da vida social se faça patente o brutal despotismo do capital. Com isso, a discussão se desloca da questão sobre se existe ou não democracia – partido do suposto de que existe – e passa a ser sobre os critérios para definir a qualidade da democracia (pois se

suspeita que algo que não anda muito bem), de modo que as análises políticas entram em labirintos e enredos formais em relação a *quão democrática (ou não) é a democracia* (p. 271).

Nesse sentido, predomina na teoria da transição para a democracia, sobretudo na ciência política de raiz estadunidense, a negação em explicar a corriqueira, entranhada, mas estranha convivência reinante entre o despotismo do capital e a democracia política. Nesse sentido, a democracia defendida pelo viés liberal criou o paradoxo da política inclusiva de cidadãos no escopo da democracia formal: inclui nos interesses formais da relação com o Estado, mas exclui pelo viés da lógica da economia excludente. Jaime Osório (2019), distingue então democracia formal de democracia substantiva. Na democracia formal a participação política está subordinada aos ditames e interesses do capital e das classes dominantes, portanto ela é excludente. Para ele, há de fato uma *neoligarquização* do Estado com coro eleitoral nos processos transitórios à democracia na América Latina.

No entanto, não é apenas a existência ou a ausência de disputas eleitorais que consigna o caráter de um regime político, mas sua base constitutiva, isto é, o seu caráter classista bem como sua relação com os diferentes atores sociais vinculados a sociedade civil, sociedade política; da relação com os meios de produção e com a apropriação da mais-valia; de seu modelo de gestão econômica;

do papel do Estado e sua atuação no conjunto das necessidades sociais – condições de trabalho, saúde, educação; na regulação do trânsito do capital. Por isso, consideramos que o neoliberalismo como modelo de gestão do Estado iniciou ainda no governo Sandinista e se consolidou no governo Chamorro, uma vez que ele alterou a sua relação do Estado com a sociedade, o modelo de produção, a estrutura da propriedade e a própria dinâmica do mercado. Em outras palavras, e em síntese, o conteúdo de classe é central na conceituação de um regime político uma vez que ele não está pairando como um espírito ou uma entidade num vazio imaginado, mas no jogo dos conflitos sociais, na realidade concreta da produção em reprodução das relações capitalistas (OSÓRIO, 2019).

Logo, a transição de regime, configurou-se como uma contrarrevolução que restaurou um regime *neoligárquico* na Nicarágua com feições autocráticas, uma vez ocorreu uma redução drástica dos espaços de representação e na perda de direitos trabalhistas, nos ganhos reais, nas condições de trabalho e de acesso a serviços públicos básicos ao mesmo tempo que o capital ampliou seus ganhos e conseguiu maior mobilidade de reprodução, como veremos na última parte. Dentro de uma processualidade histórica, o triunfo em 1979 que derrotou a autocracia somozista foi reconfigurada, renovada e vigorou a partir dessas transformações empreendidas a partir de 1988. Portanto,

a perspectiva de Florestan Fernandes (2020), da autocracia burguesa serve como mote explicativo da contrarrevolução que se iniciou ainda no governo sandinista e se consolidou a partir do governo Chamorro.

Neste sentido, entendemos que a transição na Nicarágua ocorreu a partir de uma democracia popular de caráter revolucionário para uma democracia liberal típica de conteúdo autocrático burguês. As concepções de transição autoritária (TORRES-RIVAS, 1991) e transição à poliarquia (ROBINSON, 1997a) são insuficientes porque dispensam o conteúdo de classe que constituiu a formação social. Nessa perspectiva, consideramos que o caráter do Estado é restritivo não apenas devido o controle político estar nas mãos de poucos, mas também como se dá sua relação com os trabalhadores e os subalternos nas dinâmicas do todo social: direitos, propriedade, renda, educação, etc.. Também, seu caráter autoritário não pode ser compreendido simplesmente porque há relação de coerção, mas principalmente em relação ao quê e a quem são dirigidas as coerções estatais. Nesse sentido, a perspectiva do conceito de autocracia burguesa no processo de transformação capitalista abarca melhor as tramas, as disputas, o controle, as demandas das classes sociais no conjunto dos conflitos presentes onde há relação capital-trabalho.

A perspectiva elaborada por Florestan Fernandes (2020), sobre a natureza do Estado e os processos de dominação política nas sociedades de capitalismo dependente predomina a dominação de caráter autocrático burguesa. Como categoria analítica, a validade do conceito de autocracia burguesa é a capacidade operativa das classes proprietárias de limitar, impedir e eliminar direitos das classes subalternas. A derrota sandinista possibilitou a reposição e uma reformulação da autocracia burguesa que havia sido rompida com a RPS que derrotou a autocracia *somozista*. Nesse novo cenário em que velhas classes proprietárias precisavam conviver e conciliar com as novas frações modernizantes do bloco político novo muito mais vinculado à mundialização capitalista. Mas a questão fundamental era a necessidade de escaмотear o conteúdo revolucionário ou democrático radical que emergiu com a RPS.

No capitalismo dependente, o Estado assume sua forma autocrática no processo da transformação capitalista. Diferentemente dos países onde ocorreram revoluções burguesas típicas, nos países do capitalismo periférico e dependente o Estado assume uma forma não democrática-burguesa, pois ocorre “uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; [...] uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2020, p.290). Nesse sentido, no capitalismo depen-

dente a viabilidade da funcionalidade do capitalismo se não no terreno econômico, na clássica separação entre o político e econômico, típico das relações de predominância do capitalismo em seu sentido *puro*. “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (p. 291). Logo, o controle do poder político é uma necessidade para garantir a funcionalidade das relações capitalista e do acúmulo de capital.

A forma do Estado é democrático liberal de caráter representativo eleitoral, o conteúdo é autocrático burguês porque inibi, proíbe, coopta e até elimina o conteúdo das organizações das classes subalternas que visam suplantam ou superar a lógica da dominação burguesa. Portanto, o seu conteúdo é autocrático burguês conforme as formulações de Florestan Fernandes (2020) acerca do caráter do Estado, do controle e da dominação na sua relação como a sociedade.

A *transição* significou a *impossibilidade* da superação da condição de dependência. Logo, significou a plena vinculação da economia nicaraguense a mundialização capitalista coroando a impossibilidade da *aceleração da história*; o seu contrário, contudo. O que se consignou foi o projeto de *dessandinizar* a Nicarágua, isto é, mais do que apenas eliminar o sandinismo como partido, mas eliminar as possibilidades que as classes trabalha-

doras e os subalternos encontravam-se representados no sandinismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal foi apresentar as discussões em torno da transição na Nicarágua após a derrota sandinista na eleição de 1990. O governo de Violeta Chamorro (1990-1997), apresentado em discursos oficiais e em parte da literatura como o marco da inauguração da democracia, consolidou, na verdade, uma transição de uma democracia popular de caráter revolucionário durante o governo da FSLN para uma democracia liberal típica com conteúdo autocrático burguês. O Governo Chamorro possibilitou a restauração da autocracia burguesa, reconfigurada com novos atores e dinâmicas, mas mantendo a perspectiva de dominação das classes proprietárias. A ruptura buscada pela Revolução Sandinista degingolou-se após a derrota eleitoral e o controle econômico dos fluxos do capital e da ossatura do Estado permitiu que os espaços de contestação por parte dos grupos subalternizados fossem cerceados; de modo que o projeto principal da autocracia restaurada foi *dessandinizar* a Nicarágua.

Nesse sentido, sob a égide da autocracia burguesa de dominação no capitalismo dependente, a forma democrático-liberal constituída a partir de 1990 coexiste com a capacidade operativa das

classes dominantes de limitar e cercear os direitos e a participação das classes subalternas; em outras palavras, a luta de classe orienta as variadas dimensões dos confrontos e conformações sociais e políticas. A transição significou, nesse sentido, uma contrarrevolução que reduziu espaços de representação popular, direitos trabalhistas e acesso a serviços públicos, ao mesmo tempo que facilitou a mobilidade e o acúmulo de capital.

Ademais, essas transformações estão intrinsecamente ligadas às agendas transnacionais da mundialização capitalista. A inserção da Nicarágua na formação social transnacional, promovida inclusive por frações capitalistas modernizantes que atuaram no período sandinista, foi fundamental para os rumos tomados na década de 1990 sob a égide do neoliberalismo.

Em suma, a derrota sandinista e a transição subsequente devem ser compreendidas como um processo de contrarrevolução e restauração da autocracia burguesa no contexto da globalização capitalista, que limitou o projeto de democratização substantiva iniciado pela Revolução Popular Sandinista. A análise do conteúdo de classe do Estado e das relações sociais, em conjunto com a dimensão transnacional, oferece uma chave interpretativa mais potente para desvendar a complexidade dessa transição histórica na Nicarágua, desafiando as narrativas que se contentam com a mera

constatação da funcionalidade formal das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

AMPIÉ, Guillermo Fernández. **El gobierno de Doña Violeta de Chamorro**: la construcción de un mito político-ideológico versus la realidad económica social. *Revista Humanismo y Cambio Social*. Número 4. Año 2. Ago-Dic. 2014, p. 51-65. Disponível em: <https://repositorio.unan.edu.ni/11774/2/Articulo%203.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BALTODANO, Andrés Perez. **Democracia electoral sin consenso social**: El desarrollo político nicaraguense y los retos de la globalización (1990-2002). In: *Globalización, Estado y Sociedad Perspectivas mundiales, regionales y nicaraguenses*. Managua: Fondo Editorial CIRA, 2004.

BAUMEISTER, Eduardo. **Democratización y modernización del Estado**: Nicaragua, 1979-1986. In: *Hacia una nuevo orden estatal en America Latina? Democratización/modernización y actores sócio-políticos*. Buenos Aires (Argentina): CLACSO, vol. 01, 1990, p. 255-316.

BLANCO, Maria Dolores Ferrero. **La Nicaragua de los Somoza**: 1936-1979. Managua: IHNCA-UCA: Universidad de Huelva, España, 2012.

- CAJINA, Roberto J. **Transición política y reconversión militar en Nicaragua (1990-1995)**. Managua: CRIES, 1996.
- CHAMORRO, Cristiana Barrios (edit.). **La democracia de Pedro y presidenta Violeta B. de Chamorro**. Managua: Fundación Violeta B. de Chamorro/Diario La Prensa, 2012.
- CHAMORRO, Violeta Barrios de. **Memorias de mi gobierno 1990-1996: gestión presidencial**. Tomo I. Managua: Dirección de Comunicación Social de la Presidencia (DIGS). Gobierno de la República de Nicaragua, 1996a.
- CHAMORRO, Violeta Barrios de. **Memorias de mi gobierno 1990-1996: cooperación externa**. Tomo II. Managua: Dirección de Comunicación Social de la Presidencia (DIGS). Gobierno de la República de Nicaragua, 1996b.
- CHAMORRO, Violeta Barrios de. **Memorias de mi gobierno 1990-1996: socio-económico**. Tomo III. Managua: Dirección de Comunicación Social de la Presidencia (DIGS). Gobierno de la República de Nicaragua, 1996c.
- CHAMORRO, Violeta Barrios de. **Memorias de mi gobierno 1990-1996: jurídico-internacional**. Tomo IV. Managua: Dirección de Comunicación Social de la Presidencia (DIGS). Gobierno de la República de Nicaragua, 1996d.
- CLOSE, David. **Los años de Doña Violeta: La historia de la transición política**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005.
- DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: EDUNB, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FONT, Joan & GOMÀ, Ricard. **El proceso de democratización en Nicaragua, actores, estrategias y conflicto**. In. Revista Afers Internacionals, n.º 20, 1991, p. 49-75. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/revistacidob/article/viewFile/27849/51977>. Acesso em: 10 out. 2013.
- HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda**. Democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

MARRERO, Secundino González. La transición a la democracia en Nicaragua. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 74. Oct-Dic. 1991. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=27124>. Acesso em: 15 out. 2019.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 51, julho 1998, p.37-61. Disponível em: <https://unpabimodal.unpa.edu.ar/bibliografia/00-A0190/00-A0190.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OYANGUREN, Antonio Lacayo. **La difícil transición nicaraguense**: en el Gobierno con doña Violeta. Managua: Fundación UNO, 2005.

PORTOCARRERO, Amaru Barahona. **Breve estudo sobre história contemporânea da Nicarágua**. In. CASANOVA, Pablo González (org.). América Latina: história de meio século. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 239-270.

RAMÍREZ, Sergio. **Adiós Muchachos**: a história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ROBINSON, Willian I. Un estudio de caso sobre el proceso de globalización en el Tercer Mundo: una agenda transnacional en Nicaragua. **Pensamiento Propio**, Managua, ano 1, n. 3, p. 193-227, jan./abr. 1997a.

ROBINSON, Willian I. Maldesarrollo en América Central: un estudio sobre globalización y cambio social. **Pensamiento Propio**, Managua, ano 2, n. 5, p. 33-65, set./dez. 1997b.

ROMÁN, Jaime Wheelock. **Imperialismo y dictadura**. Managua: Nueva Nicaragua, 1985.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

ROVIRA MAS, Jorge. **Nicaragua 1979-2007. Transición a la democracia y perspectivas de su consolidación**. In. Encuentro 2009/ Año XLI, N° 82 p. 6-24. Disponível em: <http://repositorio.uca.edu.ni/1125/1/encuentro82articulo1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SÁ, Roger dos Anjos de. **A Revolução Sandinista**: do triunfo à derrota 1979-1990. Goiânia-Go: Editora Kelps e Edições Gárgula, 2016.

SÁNCHEZ, Carlos Aguilar. **Los procesos de democratización bajo esquema neoliberal. El caso de Nicaragua**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2000.

TORRES-RIVAS, Edelberto. Centroamerica: la transición autoritaria hacia la democracia. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, Núm. 74. Octubre-Diciembre 1991. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=27125>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Los desafíos del desarrollo democrático en centroamérica**. Anuario de Estudios Centroamericanos, Universidad de Costa Rica, 22(1): 7-40, 1996. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/152/15222101.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Centroamérica: entre revoluciones y democracia**. (Compilador) Jorge Rovira Mas. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

NOTAS

¹Alain Rouquié (1984), trabalha com a categoria de que a Ditadura Somoza (1936-1979) tinha caráter patrimonialista, uma vez que grande parte da estrutura econômica do país estava sob o controle da família. Estima-se que quinta parte de todas as terras cultiváveis do país era de propriedade do clã quando a Revolução tomou o poder. Os interesses da família se estendiam aos mais variados ramos da atividade econômica nacional, sendo proprietária das maiores empresas industriais e de produção agrícola do país. Jaime Wheelock Román (1985), Maria Dolores Blanco (2012), e Amaru Portocarrero (1990) também descrevem o poder econômico da família Somoza. Optamos por caracterizar a ditadura dos *Somozas* como um regime autocrático burguês de dominação da transformação capitalista, como formulou Florestan Fernandes (2020), uma vez que ainda que houvesse uma concentração de poder econômico e político nas mãos do clã o seu conteúdo preponderante da ossatura governativa é de classe; da classe burguesa. A concatenação imprescindível e elementar da ditadura aos interesses políticos e econômicos dos EUA serviam também para impedir a ascensão de grupos subalternos vinculados aos interesses dos trabalhadores. Voltaremos a categoria da autocracia burguesa logo abaixo.

²A ditadura Somoza empreendeu um processo de transformação capitalista e inserção da Nicarágua nas relações internacionais. Modernização dos processos produtivos, ao mesmo tempo que manteve um controle sobre o processo de avanço das relações sociais e no conflito capital trabalho. Do ponto de vista sociocultural a família Somoza introduziu na Nicarágua um conceito social novo vinculado às novidades e às experiências modernas, especialmente dos Estados Unidos. O casal e a família são dados a expor a vida social buscando a admiração da sociedade mediante festas e diversas atividades de exibição de novidades da vida moderna. A família se tornou o próprio conceito de moderno na Nicarágua dos anos 1930 e 1940 (BLANCO, 2012, p. 37).

³Eduardo Baumeister (1990), demonstra como o governo revolucionário buscou desde o princípio construir um processo de democratização e institucionalização burocrática de modernização do aparato estatal e da relação entre o Estado e organizações da sociedade civil. *“Sin duda, la forma de acceso al poder, el peso de la vanguardia político-militar en la derrota de los Somoza y en la construcción del nuevo Estado y de la nueva sociedad civil – prácticamente inexistente hasta entonces, si entendemos por sociedad civil la posibilidad libre y masiva de organización para los distintos intereses corporativos, en especial para los sectores populares – tienen el tipo de estructuración del nuevo sistema político”* (p. 273). Para uma descrição pormenorizada da ditadura dos Somoza a obra de Maria Dolores Blanco (2012) oferece interessantes detalhes das práticas e controles ditatoriais do regime que governou o país de 1936 até 1979.

⁴O livro de Antonio Lacayo Oyanguren (2005), deve ser compreendido conjuntamente com *Memorias di mi Gobierno* (1996), de autoria de Violeta Barrios de Chamorro, publicada em quatro volumes (ver referências bibliográficas). As obras somadas totalizam mais 2 mil páginas de descrição e interpretação do Governo Chamorro. Elas devem ser lidas como uma biografia oficial do governo; bastante descritivas e preocupadas em consignar uma visão positiva acerca do *Período Chamorro* servem como elemento importante, como fonte histórica de elaboração de inteligibilidade e sentidos dos donos do poder político.

⁵Pedro Joaquin Chamorro (1924-1978) foi um jornalista e empresário que liderou parte importante da elite nicaraguense que se opunha ao regime *somozista*. Por isso foi encarcerado e acabou assassinado pela ditadura em janeiro de 1978. Era o dono do jornal *La Prensa*, o principal do país e marido de Violeta Barrios de Chamorro.

⁶No início do livro, Antonio Lacayo Oyanguren (2005), escreve o seguinte: *“El Gobierno de doña Violeta Chamorro es un capítulo especial y fundamental de la reciente historia de Nicaragua, digno de contraste, por lo que al publicar este libro le agradezco primeramente a ella, por su coraje al aceptar el reto de la campaña, su generosidad a la hora del triunfo, y su inquebrantable empeño en instaurar la democracia y usar el poder para bien de todos los nicaragüenses, y en contra ninguno”* (p. 12) [...] visto que *“nuestra gente [...] había sufrido de mil maneras las represiones del sandinismo a lo largo de toda una década”* (p. 16).

Ademais, conforme o mesmo autor, no governo Chamorro, seus governantes tiveram muita dificuldades na empreitada de ser democratas [...] *tratando de ser demócratas y de imponer la democracia en una sociedad que no la conocía por culpa de las dictaduras somocista y sandinista*” (p. 403).

⁷É interessante notar que essas obras foram publicadas ou foram recuperadas por alguns meios de comunicação no contexto de fortalecimento da FSLN quando de sua volta ao poder em 2007, no qual permanece até o presente momento.

⁸De maneira geral as obras que abordam a questão da transição democrática e centram sua análise na estruturação burocrática do regime político democrático são tributários das concepções de Robert Dahl e das elaborações de Guillermo O'Donnell. Nas palavras de Robert Dahl (2016, p. 49-50) os critérios para se definir uma democracia são: Participação efetiva; igualdade de voto; entendimento esclarecido; controle dos programas de planejamento; inclusão dos adultos. Segundo Guillermo O'Donnell (1998, p. 38), tomando emprestado de Robert Dahl o debate sobre democracia, assinala que se pode enumerar da seguinte maneira os critérios: 1) autoridades eleitas; 2) eleições livres e justas; 3) sufrágio inclusivo; 4) direito de concorrer a cargos eletivos; 5) liberdade de expressão; 6) meios alternativos de informação; e 7) liberdade de associação. Vale mencionar que essas concepções são também tributárias da obra de Samuel Huntington, *A Terceira Onda: Democratização no final do século XX*, publicada originalmente em 1991. Huntington argumenta que era possível identificar três ondas de democratização: 1828-

1926, 1943-1962; e 1974-1991 ainda em andamento. Essas ondas, contudo, foram intercaladas por momentos de reversão da democratização: 1922-1942, 1958-1975. Ainda que seja compreensível pelo objetivo do autor de construir uma dimensão mundial do fenômeno democrático que aparece em diferentes lugares do mundo mais ou menos no mesmo período é limitante porque não considera as especificidades.

⁹Ver BLANCO (2012).

¹⁰Não significa, contudo, que o projeto democrático sandinista foi bem-sucedido em seu intento. O controle do partido sobre as organizações revolucionárias, as contradições do modelo revolucionário e o imperialismo estadunidense impediram a consolidação de uma democracia radical (SÁ, 2016).

¹¹Essa perspectiva é compartilhada por Andrés Pérez Baltodano (2004, p.140). Segundo ele, *“a partir de 1990 Nicaragua ha vivido una situación de democracia electoral sin consenso social, que está llevando a Nicaragua a esa condición de legalidad sin legitimidad”*.

¹²Segundo o autor a grave crise econômica provoca a derrota dos sandinistas e ocorre uma mudança no modelo de transição democrática. *“En coyunturas como esta, la economía establece los límites a la política y la crisis de aquella debilita las ciudadanías que la revolución estimuló. Se recurre a la práctica de una democracia política a disgusto, que culmina con las elecciones de 1990, que ocurre cuando las fuerzas de la contrarrevolución se legitimaban más allá de las sospechas mercenarias, con*

los acuerdos de Sapoá, en marzo de 1987. Ya Esquipulas II había trazado el escenario, en agosto de 1987, donde se producirían sucesivas concesiones del sandinismo¹⁸. El desarrollo democrático cambia de dirección, pero quedan en pie algunas realizaciones importantes forman parte de la nueva experiencia democrática: los movimientos sociales, el régimen de partidos políticos, la libertad de prensa, el derecho a disentir, la legalidad de algunas instituciones políticas, los espacios públicos para la participación. Y en otra dimensión, la autonomía de la zona atlántica, la movilización femenina, la imprescindible presencia de los intelectuales, etc.” (TORRES-RIVAS, 1996, p. 15).

¹³Tomando emprestado o conceito de Robert Dahl, ele define-o da seguinte forma: “La poliarquía se refiere a un sistema donde un pequeño grupo es el que realmente gobierna y la participación de las masas en la toma de decisiones se reduce a la escogencia del liderazgo en elecciones manejadas por élites que compiten” (ROBINSON, 1997a, p. 197).

¹⁴Jaime Wheelock Román (1985), demonstra como a economia nicaraguense era vinculada e dominada pela lógica do imperialismo, com destaque especial para o capital de origem estadunidense.